

**[ERRATA]**

Legislação do SUS (Esquematizada e Comentada) – (2ª Edição)

2. (IDECAN - 2017 – INCA) Considerando os componentes da medicina previdenciária no Brasil, as Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs), Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) e o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS) e o seu financiamento, é correto afirmar que:

- [A] Todos os componentes recebiam financiamento do governo.
- [B] O INPS era financiado pelos empregados e empregadores apenas.
- [C] As CAPs eram financiadas apenas pelos empregados e empregadores.
- [D] Tanto as CAPs quanto o INPS e o INAMPS eram financiados também pelo governo

Grau de Dificuldade: Intermediário

Dica do Autor: Para responder a questão temos que lembrar da forma de financiamento componentes da medicina previdenciária no Brasil. Os CAP'S eram financiados pelas empresas e empregados (financiamento Bipartite) já os IAPS'S, eram financiados pelo governo, empresas e empregados (financiamento Tripartite).

Alternativa A. Incorreta. Apenas os IAPs, o INPS e o INAMPS eram financiados pelo governo.

Alternativa B. Incorreta. O INPS era financiado por empregados, empregadores e governo.

Alternativa C. Correta. De acordo com Roncalli (2003), as CAPs eram organizadas por empresas e administradas e financiadas por empresários e trabalhadores. Em suma as caixas - CAPs eram baseadas em contrato entre patrão e empregado sem a participação financeira do Estado.

Alternativa D. Incorreta. A CAPs tinha um financiamento bipartite – empregados e empregadores. Tanto INPS quanto INAMPS eram organizadas pelo governo.

Gabarito: C

4. (IDECAN - 2017 – MS) A medicina previdenciária no Brasil data de 1923, quando o governo instituiu, pela Lei Eloy Chaves:

- [A] As Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs).
- [B] Os Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs).
- [C] O Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).
- [D] O Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS).
- [E] Dos Conselhos Consultivos de Administração de Saúde Previdenciária (IASP).

Grau de Dificuldade: Intermediário

Dica do Autor: A questão exige do candidato memorização de datas marcantes. De acordo com a Fiocruz (1990), Somente a partir de 1923, com a promulgação da Lei Eloy Chaves, vemos proliferar as Caixas de Aposentadoria e Pensões. Vinculadas a grandes empresas, destinavam-se a fornecer serviços de assistência médica e de seguridade social aos trabalhadores e seus dependentes, em troca de contribuições mensais efetuadas pelos empregados e empregadores. Tais fundos eram geridos formalmente por um colegiado composto por patrões e empregados, sendo que a participação dos empregados.

É preciso lembrar que a chamada Lei Eloy Chaves é apontada como marco introdutório do sistema de previdência para o setor privado.

Gabarito: A

8. (ADM&TEC -Pref. Buíque/PE – 2016) Leia as afirmativas a seguir e marque a opção INCORRETA:

- [A] Em 1983 foi criado a AIS (Ações Integradas de Saúde), um projeto interministerial (Previdência-Saúde-Educação), visando um novo modelo assistencial que incorporava o setor público, procurando integrar ações curativas, preventivas e educativas ao mesmo tempo.
- [B] O texto constitucional demonstra claramente que a concepção do SUS estava baseado na formulação de um modelo de saúde voltado para as necessidades da população, procurando

resgatar o compromisso do estado para com o bem-estar social, especialmente no que refere a saúde coletiva, consolidando-o como um dos direitos da cidadania.

[C] Apesar do SUS ter sido definido pela Constituição de 1988, ele somente foi regulamentado em 19 de setembro de 1990 através da Lei 8.080.

[D] A evolução histórica das políticas de saúde está relacionada diretamente a evolução político-social e econômica da sociedade brasileira, não sendo possível dissociá-los.

[E] Em 1981 foi criado o Ministério da Saúde, sendo um desmembramento do antigo Ministério da Saúde e Educação, demonstrando uma nova postura do governo e uma efetiva preocupação em atender aos importantes problemas de saúde pública de sua competência.

Dica do Autor: Para gabaritar a questão é necessário relembrar os fatos marcantes da história das políticas públicas de saúde. É importante elencar os fatos marcantes da história.

De acordo com Lima (2003), o Ministério da Saúde foi instituído pela lei 1.920 de 25 de julho de 1953. Originário do antigo Ministério da Educação e Saúde, teve como contexto histórico e político de surgimento as questões relativas à centralização dos serviços de saúde e a progressiva separação entre saúde pública e assistência médica.

GABARITO: E

11. (Resid. Mult. Prof. Saúde UPE Enfermagem 2015) Em outubro de 2014 a Constituição Federal de 1988 e o Sistema Único de Saúde completaram 26 anos de existência jurídica. Considerando esse acontecimento, é CORRETO afirmar que:

[A] o primeiro esforço governamental para instituir a integralidade nos moldes como previsto pela Constituição Federal de 1988 ocorreu com a criação das Caixas de Aposentadoria e Pensões em 1924 com a aproximação entre a assistência previdenciária, a assistência social e a assistência médica;

[B] o critério de vinculação a um emprego formal e contribuição à Caixa de Aposentadoria e Pensões ou ao Instituto de Aposentadoria e Pensões ou, ainda, ao Instituto Nacional de Previdência Social exprimia a negação do direito à atenção à saúde.

[C] a integração dos três tipos de assistência mencionadas na assertiva anterior estabeleceu-se de maneira tão intensa que tem servido de inspiração para a organização das redes de saúde preconizada pela Portaria MS 4279/10.

[D] a definição organizacional de separação entre as práticas tratamento de doenças e as de prevenção de doenças no período anterior ao SUS não impediu que os sistemas de ambas as práticas estivessem reunidos em um único comando político e administrativo.

[E] a exigência da vinculação a um emprego formal e a contribuição previdenciária foram os mecanismos usados para que os sistemas e serviços de saúde da Caixa de Aposentadoria e Pensões do Instituto de Aposentadoria e Pensões, e do Instituto Nacional de Previdência Social se orientassem pelo princípio da equidade.

Grau de dificuldade: Intermediário

Dica do Autor: Além da Leitura “seca” dos artigos 196 ao 200 da Constituição Federal de 1988, precisamos entender o processo de evolução histórica das políticas de saúde no Brasil.

Alternativa I: INCORRETA. A instituição das CAPS se deu em 1923, através da Lei Eloy Chaves.

Alternativa II: CORRETA. As CAPS (1923) e IAPS (1933), foram instituídos para atender a população contribuinte, ou seja, aqueles que tinham um vínculo empregatício. Com isso, não podemos considerar uma política de saúde includente, podemos sim afirmar: eram excludentes e contributivas e não garantiam o direito de todos às ações e serviços de saúde.

Alternativa III: INCORRETA. Os CAPS e os IAPS estavam vinculados à Previdência Social e não eram articuladas em Rede. A Portaria que dispõe sobre as Redes de Atenção à Saúde é a 4279/10, logo, posterior aos CAPS (1923) e IAPS (1933).

Alternativa IV: INCORRETA. A dicotomia entre ações de assistência e prevenção marcaram os períodos que antecederam ao SUS. As ações da assistência ficaram à cargo da Previdência e as ações de Prevenção sob coordenação do Ministério da Saúde, que é criado em 1953.

Alternativa V: INCORRETA. As CAPS (1923) e IAPS (1933), foram instituídos para atender a população contribuinte, ou seja, aqueles que tinham um vínculo empregatício. Com isso, não

podemos considerar uma política de saúde includente, podemos sim afirmar: eram excludentes e contributivas e não garantiam o direito de todos às ações e serviços de saúde, muito menos cumpriam o princípio da equidade (justiça social).

Gabarito: B

13. (IMIP/2015 - Resid. Mult. Prof. Saúde Enfermagem) O SUS é obrigação legal há 22 anos, de acordo com as Leis 8.080 e 8.142 de 1.990. No seu processo histórico, o SUS começou na prática, nos anos 70, há 40 anos, com movimentos sociais e políticos contra a ditadura, pelas Liberdades Democráticas e Democratização do Estado, que se ampliava e fortalecia em prol de uma sociedade justa e solidária e um novo Estado com políticas públicas para os direitos humanos básicos, com qualidade e universais. Sobre isso, analise as afirmativas abaixo:

I. A Reforma Sanitária Brasileira, promovida por profissionais de saúde, em especial médicos da medicina preventiva e social, iniciou-se na década de 1970. Teve o médico sanitário Sergio Arouca como um de seus mais ilustres formuladores e promotores das mudanças que se iniciavam.

II. A saúde, hoje, no Brasil, é considerada um direito fundamental do ser humano, corolário do direito à vida. E, como direito fundamental e elo entre saúde e vida, o direito à saúde deve ser garantido pelo Estado em todas as suas nuances.

III. O Pacto pela Saúde visa estabelecer um novo patamar em relação à forma de financiamento, à definição de responsabilidades, às metas sanitárias e aos compromissos entre os gestores da saúde, consubstanciados em termos de metas e plano operativo.

Está CORRETO o que se afirma em:

- [A] I, apenas.
- [B] II e III, apenas.
- [C] apenas III.
- [D] I, II e III.

[E] I e II, apenas.

Alternativa I – CORRETA. De acordo com a Fiocruz (2010):

“O movimento da Reforma Sanitária nasceu no contexto da luta contra a ditadura, no início da década de 1970. A expressão foi usada para se referir ao conjunto de ideias que se tinha em relação às mudanças e transformações necessárias na área da saúde. Essas mudanças não abarcavam apenas o sistema, mas todo o setor saúde, em busca da melhoria das condições de vida da população. Grupos de médicos e outros profissionais preocupados com a saúde pública desenvolveram teses e integraram discussões políticas. Este processo teve como marco institucional a 8ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em 1986. Entre os políticos que se dedicaram a esta luta está o sanitarista Sergio Arouca. As propostas da Reforma Sanitária resultaram, finalmente, na universalidade do direito à saúde, oficializado com a Constituição Federal de 1988 e a criação do Sistema Único de Saúde (SUS).

Alternativa II – CORRETA. De acordo com O artigo 196 da CF, a Saúde é Direito de todos e dever do Estado, devendo este garantir acesso universal e igualitário, corroborando com os Direitos Fundamentais do ser humano.

Alternativa III – CORRETA. De acordo com PREUSS e NOGUEIRA (2012), O pacto estabelece um novo patamar em relação à forma de financiamento, definição de responsabilidades, metas sanitárias e aos compromissos entre os gestores da saúde das três instâncias governamentais, consubstanciados em metas e plano operativo.

Gabarito: D